



Defensoria de Minas abre inscrições para mutirão de alteração de prenome e gênero de pessoas transgêneros

Iniciativa acontecerá nas unidades de Ituiutaba, Patos de Minas e Uberlândia. Interessadas e interessados podem se inscrever até 1º de junho

As unidades da Defensoria Pública de Minas Gerais em Ituiutaba, Patos de Minas e Uberlândia, por meio do Termo de Abertura de Projeto e com o apoio de diversos parceiros, realizarão o Mutirão Regional para realizar atendimentos às pessoas transgêneros residentes nas respectivas comarcas para alteração do prenome e gênero junto ao registro civil. As inscrições começam nesta terça-feira, dia 10 de maio e se estendem até o dia 1º de junho (quarta-feira), presencialmente, nas sedes da DPMG nos três municípios.

[Leia matéria na íntegra](#)

Defensoria Pública de Minas Gerais realiza o

Mutirão Regional de Alteração de Prenome e Gênero de Pessoas Transgênero - 2022

Inscrições

de 10 de maio
a 1º de junho



Defensoria e Polícia Militar firmam cooperação técnica que assegura atendimento e assistência jurídica a policiais militares

Termo prevê assistência às policiais e aos policiais que figurarem como investigadas ou investigados em inquéritos policiais e procedimentos extrajudiciais

PÁGINA 2



AÇÕES EM DESTAQUE

Atuação da Defensoria de Minas no STJ garante impossibilidade de interpretação em prejuízo de sentenciados

PÁGINA 3

EDUCAÇÃO EM DIREITOS

DPMG lança 'Conversa em Família', série de vídeos educativos

PÁGINA 4



DEU NA MÍDIA

RÁDIO ITATIAIA

Defensora pública aborda adoção no programa Observatório Feminino neste domingo, 8 de maio

[Acesse aqui](#)

[Acesse aqui outros destaques na mídia](#)

NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque [PÁG. 2 a 5](#)
- > Mundo oficial [PÁGINA 2](#)
- > Inspirando novas atitudes
Defensora pública de Minas palestra em Encontros com a Procuradoria da Mulher na ALMG [PÁGINA 5](#)
- > Escola Superior | Acontece [PÁGINA 6](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 7 e 8](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública e Polícia Militar firmam cooperação técnica que assegura atendimento e assistência jurídica a policiais militares

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) firmou na quarta-feira (4/5) um Termo de Cooperação Técnica (TCT) com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) com o objetivo de garantir atendimento e assistência jurídica gratuita e integral aos militares. Em solenidade na Cidade Administrativa, assinaram o TCT o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, e o comandante-geral da PMMG, coronel Rodrigo Sousa Rodrigues.

O TCT prevê a assistência às policiais e aos policiais que figurarem como investigadas ou investigados em inquéritos policiais, inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal, praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, quando estas servidoras e servidores citados não constituírem defensor, após a intimação acerca da instauração do respectivo procedimento.

A DPMG acompanhará os procedimentos in-

vestigativos instaurados, privilegiando-se da utilização dos meios virtuais.

Dentre os presentes para assinatura do acordo de cooperação, pela DPMG, estavam o coordenador regional da área Criminal da Capital, defensor público Ricardo de Araújo Teixeira; a coordenadora da Defensoria Pública na Justiça Militar, defensora pública Silvana Lourenço Lobo; a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, defensora Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; o defensor público Aender Aparecido Braga, a defensora pública Letícia Barra Vieira, em atuação na Defensoria Pública na Justiça Militar, e o defensor público auxiliar da Defensoria-Geral, Wilson Hallak Rocha.

Participaram também o chefe do Estado-Maior, coronel Eduardo Felisberto Alves; o desembargador e presidente do Tribunal de Justiça Militar (TJMMG), coronel Rubio Paulino; o chefe do Gabinete do TJMMG, coronel QOR, Giovanni Gomes da Silva; entre outras autoridades e oficiais da PMMG.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Fotos: Marcelo Sant'Anna/DPMG



O defensor-geral Gério Soares e o comandante-geral da PM, coronel Rodrigo Rodrigues, assinaram o termo de cooperação



Participaram da solenidade defensoras e defensores públicos e integrantes da Polícia Militar

MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública participa da instalação da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da comarca de Sete Lagoas

Foto: Mirna de Moura/TJMG



Na segunda-feira (2/5) ocorreu, no salão do júri do Fórum Desembargador Félix Generoso, a instalação, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da comarca de Sete Lagoas, reunindo magistrados, autoridades e a comunidade local.

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi representada pelo defensor público Frederico Newman Araújo, coordenador local em Sete Lagoas (na foto, primeiro à esquerda), que prestigiou a solenidade.

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Minas discute estratégias de combate à importunação sexual nos estádios em nova reunião interinstitucional

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou de mais uma reunião interinstitucional realizada para avançar na discussão sobre formas de se combater a prática de importunação sexual em estádios de futebol. O encontro aconteceu no dia 26 de abril, no Mineirão, em Belo Horizonte. Na ocasião, também foi feita uma visita técnica às



Defensora pública Samantha Vilarinho e o defensor Paulo César Azevedo durante a visita técnica ao Mineirão

instalações físicas dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça disponíveis no estádio.

Pela DPMG, participaram a defensora pública-adjunta da Defensoria Pública-Geral, na função de coordenadora Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Samantha Vilarinho, e o defensor público Paulo César Azevedo, que está à frente da Coordenadoria Estratégica em Tutela Coletiva.

Também estavam presentes representantes da empresa administradora do Mineirão – Minas Arena –, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Poder Legislativo, das Polícias Civil e Militar e da sociedade civil.

Durante a reunião, a Minas Arena apresentou as ações que tem desenvolvido para o enfrentamento da importunação sexual no Mineirão, dentre elas a Campanha “Todos Contra a Importunação Sexual”. A campanha é assinada pelo projeto #REPENSE, que começou em 2019, liderado pelas próprias funcionárias da empresa, com o objetivo de fazer com que o estádio se torne um local mais seguro e mais tranquilo para as mulheres frequentarem.

[Leia na íntegra](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública de Minas palestra em “Encontros com a Procuradoria da Mulher” na ALMG

A defensora pública auxiliar da Defensoria Pública-Geral e coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Samantha Vilarinho Mello Alves, palestrou na terça-feira (3/5) na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em mais um evento da série de “Encontros com a Procuradoria da Mulher”.

A defensora pública abordou a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Também participou a titular da Secretaria de Estado de De-

senvolvimento Social, secretária Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, que falou sobre as sete políticas sociais da pasta.

A Procuradoria da Mulher é um órgão institucional da ALMG, que objetiva zelar pela participação efetiva das deputadas no Legislativo estadual, atuando na promoção de políticas públicas e de ações informativas voltadas para as mulheres, assim como busca também atender demandas diversas relativas à discriminação e à violência contra a mulher.

Foto: Marcelo Sant’Anna/DPMG



A defensora pública Samantha Vilarinho em palestra na Assembleia Legislativa

Próximos encontros – O evento “Encontros com a Procuradoria da Mulher” é uma ação com o intuito de contemplar esses objetivos. Esta é a quarta semana da programação e os encontros foram iniciados no dia 12 de abril. Outras duas reuniões estão agendadas, nos dias 10 e 17 de maio, às 14 horas.

Acesse, no link abaixo, a reunião da terça-feira (3/5) na íntegra no canal da ALMG no YouTube.

[Clique aqui para ver.](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Atuação da Defensoria de Minas Gerais no STJ garante impossibilidade de interpretação em prejuízo de sentenciados

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) obteve êxito em atuação recente no Superior Tribunal de Justiça (STJ), conseguindo a suspensão de uma tese na seara penal que era pacífica há anos nas duas turmas criminais do órgão, embora não estivesse prevista em lei.

Duas teses tinham entendimento pacificado no órgão. Uma delas é que, quando uma pessoa cumpre pena restritiva de direitos (PRD) e sobrevém uma pena privativa de liberdade (PPL), a PRD é convertida em PPL. Esta hipótese tem previsão em lei. A outra tese pacificada era que, quando a pessoa cumpre a PPL e há nova condenação por PRD, essa também era convertida em PPL. Esta hipótese não tem previsão em lei.

As penas restritivas de direitos são uma alternativa à prisão e aplicadas quando a pena for menor do que 4 anos, crime sem violência, crimes culposos, o réu não for reincidente e não tiver maus antecedentes. Ao invés de ficarem encarcerados, os condenados sofrem limitações em

alguns direitos como forma de cumprir a pena.

Já a pena privativa de liberdade consiste na constrição do direito de ir e vir, sendo o condenado recolhido em estabelecimento prisional.

O tema foi afetado pelo ministro Sebastião Reis Júnior e a previsão era que a jurisprudência seria solidificada.

Após defesa de tese por defensor e defensoras públicas de Minas Gerais, os ministros decidiram reverter parte do tema. A tese utilizada pela Defensoria Pública mineira foi a inexistência de lei e impossibilidade de interpretação em prejuízo do sentenciado.

O recurso foi analisado em três sessões e, em julgamento realizado no dia 27 de abril, restou pacificado no órgão que, quando há o cumprimento de uma pena privativa de liberdade e sobrevém uma pena restritiva de direito, a primeira fica suspensa até possibilidade de cumprimento em conjunto.

A Defensoria Pública da União participou da ação como *amicus curiae*.

Defensoria Pública Itinerante fará atendimento no município de Papagaios no dia 12 de maio

O atendimento é gratuito e aberto aos residentes da localidade. Serão disponibilizadas orientações jurídicas sobre demandas nas áreas de Família e Criminal.

Serviço: Defensoria Pública Itinerante em Papagaios/MG
Data: 12/5/2022 (quinta-feira)
Horário: 12 às 16 horas
Endereço: Avenida Coronel Diogo, 79, Centro.



EDUCAÇÃO EM DIREITOS

DPMG lança ‘Conversa em Família’, série de vídeos educativos

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) está lançando uma série de vídeos para promover educação em direitos e esclarecer as dúvidas mais comuns da população sobre o Direito de Família e processo civil. O projeto, nomeado “Conversa em Família”, é uma iniciativa da Câmara de Estudos de Tutela de Família. São vídeos curtos, com linguagem

fácil e acessível dirigidos às assistidas, assistidos, público interno e população em geral. A ideia é que tenha periodicidade quinzenal.

A Câmara de Estudos de Tutela de Família convida defensoras públicas, defensores públicos, servidoras, servidores, estagiárias e estagiários a participarem do projeto. Basta escolher um tema e entrar em contato com a Câmara pelo e-mail camara.familia@defensoria.mg.def.br para receber orientações sobre a produção do vídeo.

Confira no link abaixo a primeira edição da série, na TV Defensoria, tratado pela defensora pública Mônica Costa.

[Tema “Execução de Alimentos”](#)



AÇÕES EM DESTAQUE • REPARAÇÃO BRUMADINHO

Novos projetos socioeconômicos começam a ser executados na região atingida por rompimento da Vale em Brumadinho

Três novos projetos socioeconômicos começam a ser executados na região atingida pelo rompimento das barragens da Vale, em Brumadinho, ocorrido em janeiro de 2019. Também foi autorizada a segunda fase de um projeto já iniciado. Os investimentos somam R\$ 36,3 milhões.

As quatro ordens de início dadas pelos compromitentes do Acordo de Reparação – Governo de Minas, Defensoria Pública de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais e Ministério Público Federal – foram encaminhadas à Vale na sexta-feira, dia 29 de abril de 2022. A Vale é obrigada a executar as obras determinadas.

Para que a autorização fosse efetivada, o detalhamento dos projetos passou por análise da auditoria da Fundação Getulio Vargas (FGV), que deu parecer favorável à execução.

Dos três projetos iniciados, dois serão executados em Brumadinho e compõem o anexo 1.4



do acordo. São eles: a construção do pelotão do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), com prazo estimado para conclusão de cinco anos; a estruturação de uma sala de urgência na UPA Valdemar Assis de Barcelos, com o prazo estimado para entrega de um ano e um mês.

O terceiro projeto que recebeu ordem de início será executado nos outros 25 municípios atingidos da bacia do Rio Paraopeba e compõe o anexo 1.3 do acordo. A iniciativa consiste na realização de levantamento, identificação e georreferenciamento de imóveis passíveis de regularização fundiária, com previsão de conclusão em dois anos e oito meses.

Ainda no anexo 1.3 foi autorizado o início da segunda fase do projeto “Manutenção de estradas rurais e trabalhos de recuperação ambiental”. A iniciativa já está com a primeira fase em execução, a qual contempla ações voltadas a equipar as prefeituras dos municípios atingidos por meio da aquisição e entrega de equipamentos destinados à manutenção das estradas rurais destes municípios, conforme a escolha e priorização de cada prefeitura municipal.

Esta segunda fase é focada na capacitação de equipes técnicas locais, com a oferta de treinamentos práticos e teóricos para a manutenção de estradas rurais não pavimentadas.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Municípios atingidos começam a receber máquinas para obras

Vinte e cinco municípios atingidos pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho receberão 75 máquinas para manutenção e recuperação de estradas rurais ao longo de 2022. As duas primeiras localidades atendidas, com uma retroescavadeira 4x4 cada, foram Pequi e Paraopeba.

Também serão destinados equipamentos para os municípios de Abaeté, Betim, Biquinhas, Caetanópolis, Curvelo, Esmeraldas, Felixlândia, Florestal, Fortuna de Minas, Igarapé, Juatuba, Maravilhas, Mário Campos, Mateus Leme, Morada Nova de Minas, Paineiras, Papagaios, Pará de Minas, Pompéu, São Gonçalo do Abaeté, São Joaquim de Bicas, São José de Varginha e Três Marias.

Execução – O projeto teve início autorizado em janeiro deste ano, sua execução é de responsabilidade da Vale, sob acompanhamento da auditoria independente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e dos compromitentes do Acordo de Reparação – Governo de Minas, Defensoria Pública de Minas Gerais, Ministério Público de Minas



Entrega dos equipamentos integra o Acordo de Reparação, sob a supervisão do Governo do Estado e instituições do Sistema de Justiça

Gerais e Ministério Público Federal. O Acordo Judicial visa a reparar os danos decorrentes do rompimento das barragens da Vale S.A. em Brumadinho, que tirou a vida de 272 pessoas e gerou uma série de impactos sociais, ambientais e econômicos na bacia do Rio Paraopeba e em todo o estado de Minas Gerais.

[Leia a matéria na íntegra](#)

ESCOLA SUPERIOR

Está disponível no canal da DPMG o primeiro encontro do Módulo II do Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia

A Defensoria Pública de Minas Gerais disponibiliza em seu canal no YouTube (c/defensoria) a primeira etapa do segundo módulo do Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia: Uma Perspectiva Interseccional da Defensoria Pública. A conversa aconteceu na sexta-feira (6/5) e abordou o tema “O papel da Defensoria Pública frente a ideologias discriminatórias que sustentam as estruturas opressoras: qual Defensoria queremos?”.

Participaram, como facilitadoras, a professora e coordenadora do Resserber – grupo de estudos em saberes de coloniais da Universidade Federal de

Ouro Preto (UFOP) –, Flávia Máximo; e a advogada popular, especialista em educação popular, direitos humanos e movimentos sociais, em atuação na Coordenação Metodológica da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, nos projetos de Assessoria Técnica Independente, Heisa Maria Dias. O encontro teve ainda a participação das defensoras públicas Samantha Vilarinho e, como mediadora, Ana Flávia Oliveira Freitas, em atuação na Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência (Nudem-BH).

[Clique aqui e confira o conteúdo](#)



CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM GÊNERO E RAÇA/ETNIA: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL DA DEFENSORIA

Próximo encontro – O módulo seguinte do curso será no dia 17 de maio, integrando a programação da Semana da Defensoria Pública na DPMG, celebrada neste ano entre 16 e 20 de maio.

A capacitação é promovida pela Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Escola Superior (Esdep-MG), e tem o apoio da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEPMG).

9º CONGRESSO DAS APACS
NINGUÉM É IRRECUPERÁVEL

50
Jubileu/1972-2022

22 a 25 de Junho de 2022

Informações, programação e inscrições
www.fbac.org.br/congresso

Organização:

FRAC Prison Fellowship International

DEFENSORIA PÚBLICA MINEIRA

ESDEP INFORMA

Revista DPSP prorroga prazo para submissão de artigos

A Escola da Defensoria Pública de São Paulo prorroga o prazo da chamada de artigos para o próximo número da Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, cujo dossiê temático será sobre o “Balanço das ações afirmativas nas universidades e instituições públicas nos últimos dez anos: avanços e desafios”. Os artigos deverão ser enviados pelo site da Revista até 31 de maio de 2022. Clique para consultar o site e saber mais informações sobre as diretrizes e temas esperados.



PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA-GERAL

Consulta para habilitação para indenização de dias de crédito

[Acesse aqui todas as informações da Consulta nº 09/GAB/DPG/2022.](#)

Retorno às atividades presenciais

Resolução determina o retorno às atividades presenciais, na forma da Resolução Conjunta DPG/CGDPMG n. 011/2022, de todas as membras, membros, servidoras e servidores da DPMG. As situações específicas deverão ser encaminhadas a Defensoria Pública-Geral para análise.

[Resolução nº 789/2022](#)

Abertura de consultas para cooperação

- **Varginha/Mutirão do Júri** – cooperar nos plenários do júri durante o mês de maio/2022. Inscrição até às 23h59 do dia 09 de maio de 2022.

[Resolução nº 770/2022](#)

- **Belo Horizonte/Desits Cível Direito Público** – cooperação temporária em substituição de órgão de execução afastado. Início em 11/06/2022 e previsão de término em 01/07/2022. Inscrição por e-mail, até às 17h do dia 10 de maio de 2022.

[Resolução nº 767/2022](#)

- **Belo Horizonte/1ª e 10ª Defensorias de Família** – cooperação temporária com início em 24 de maio de 2022 e previsão de término no dia 21 de junho de 2022. Inscrição até às 17h do dia 10 de maio de 2022.

[Res. n. 785/2022, 10ª Defensoria de Famílias](#)

[Res. n. 786/2022, 1ª Defensoria de Famílias](#)

- **Ribeirão das Neves/Execução Penal**
→ com início em 24 de maio de 2022 e previsão de término no dia 21 de junho de 2022. Inscrição até às 17h do dia 10 de maio de 2022.

[Resolução nº 787/2022](#)

→ com início em 24 de maio de 2022 e previsão de término no dia 21 de junho de 2022. Inscrição até às 23h59 do dia 11 de maio de 2022.

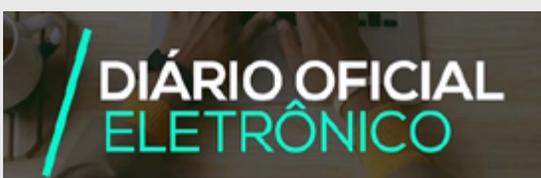
[Resolução nº 790/2022](#)

>> Inscrições devem ser enviadas para o e-mail cooperacao@defensoria.mg.def.br

Alteração na Coordenadoria da Desits Criminal

O defensor público Renan Paulo dos Santos da Costa Alves foi designado para exercer a função a partir como titular a partir 30/04/2022.

[Resolução nº 772/2022](#)



Acesse aqui outras publicações

CORREGEDORIA-GERAL

Instrução Normativa nº 17/2022 dispõe sobre a observância dos meios de comunicação institucionais

A Corregedoria-Geral da DPMG publicou, no dia 2 de maio, a Instrução Normativa Nº 17/2022 sobre o dever de defensores e defensoras, servidores e servidoras de acessarem diariamente os meios de comunicação institucional.

[Acesse aqui a Instrução Normativa nº 17/2022](#)

Orientação sobre lançamento diário no Sistema de Gestão de Produtividade (SGP)

Por meio do Memorando 097/2022, a Corregedoria-Geral informou sobre a entrada em operação no dia 2/5 do novo Sistema de Gestão de Produtividade (SGP), no qual devem ser lançadas todas as prestações jurídicas e administrativas realizadas. O documento orienta às defensoras públicas, defensores públicos, servidoras públicas e terceirizadas, servidores públicos e terceirizados o preenchimento diário do relatório. Foram disponibilizados no Sistema GERAIS tutoriais que esclarecem sobre o manuseio e a forma de preenchimento do SGP.

[Clique para ler o Memorando 097/2022](#)

[Clique aqui para saber mais sobre o SGP](#)

ESCOLA SUPERIOR

Esdep divulga resultado de sorteio de vagas para o VIII Curso de Especialização em Administração Pública da FJP

A Esdep informa as defensoras e defensores públicos contemplados no sorteio para participação no VIII Curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental – Turma 2022-2024, que será promovido pela Fundação João Pinheiro.

Contemplados: Karina Rodrigues Maldonado e Galeno Gomes Siqueira.

Suplentes: Cesar Marangoni e Marina Sampaio.

CDI/CÂMARAS DE ESTUDOS

Câmara de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos informa envio de questionário

Em continuidade ao mapeamento da atuação extrajudicial, a Câmara de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos encaminhou, na terça-feira (3/5), pelo e-mail institucional, questionário às coordenadoras e aos coordenadores locais e das Especializadas, contendo perguntas objetivas sobre os problemas relacionados aos cartórios extrajudiciais. Membras e membros integrantes da Câmara solicitam que as coordenadoras e coordenadores consultem as respectivas defensoras e defensores, cujas demandas podem ser objeto de solução via cartório. O questionário deverá ser enviado até o dia 10/05/2022 (terça-feira).

continua >>

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

Continuação

Câmara de Estudos de Tutela das Famílias divulga publicações

A Câmara de Estudos de Tutela das Famílias divulga documentos publicados pelo Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM). Clique nos links abaixo para acessar:

[“Compilado de Jurisprudência” do STJ sobre a Lei Maria da Penha](#)

[Enunciados Doutrinários do IBDFAM 2022/2023](#)

SGPSO COMUNICA

Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (SGPSO) reitera:

 **o e-mail personal@defensoria.mg.def.br foi desativado em 01/02/2022.**

Gentileza encaminhar sua mensagem, de acordo com o assunto desejado, para a Diretoria responsável, conforme e-mails abaixo:

- **Diretoria de Pagamentos:** pagamentos.pessoal@defensoria.mg.def.br (todos os assuntos relacionados a pagamento de pessoal);

- **Diretoria de Desenvolvimento do Servidor e Saúde Ocupacional:** desenvolvimentosaude.pessoal@defensoria.mg.def.br (lista de antiguidade, licença saúde, licença para acompanhar pessoa doente na família, progressão/promoção de servidores, avaliação de desempenho de servidores, ajustamento funcional, adequação funcional, histórico funcional, carteira funcional);
- **Diretoria de Direitos, Vantagens e Aposentadoria:** vantagemaposentadoria.pessoal@defensoria.mg.def.br (concessões de quinquênios, férias prêmio, créditos, plantão, férias regulamentares, averbação de tempo de serviço, contagem de tempo, aposentadoria, afastamentos por motivo de casamento/luto, licença maternidade/paternidade);
- **Assessoria:** terceirizados.sgpso@defensoria.mg.def.br (gestão dos contratos de prestação de serviços: MGS, Assprom, Segurança Armada).

//